

Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

28

OUTUBRO / DEZEMBRO
DE 1982

BOLETIM DA PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANÍBAL RAMOS

REDACTOR: JOSÉ FERREIRA

Administração: Seminário de Aveiro — 3800 Aveiro

Telef.: 034-22172

Condições de assinatura anual:

Via Normal

Via Aérea

Continente, Ilhas e Espanha 200\$00

Estrangeiro 350\$00

Outros países 300\$00

Número avulso 50\$00

28 OUTUBRO/DEZEMBRO 1982

ANO VII

Apresentação

Ordenação das Leituras da Missa

A Equipa Litúrgica — *L. Ribeiro*

Noticiário

Composto e impresso na TIPAVE - AVEIRO — 1 000 ex.

Este número do Boletim não apresenta desta vez a variedade de temas que o costuma caracterizar e que, de certo modo, se torna mais apropriada ao seu título e à sua função formativa e informativa.

É que a promulgação da 2.^a edição típica da Ordenação das Leituras da Missa impôs-se-nos de tal modo que não nos permitimos perder mais tempo sem pôr à disposição dos nossos leitores a tradução portuguesa dos seus primeiros capítulos — aqueles que, pela sua importância global, interessam a todos.

A sua elaboração, por um lado, vem na sequência das ricas e oportunas introduções do Missal, da Liturgia das Horas e dos Rituais dos Sacramentos saídas da reforma conciliar, e, por outro, preenche as lacunas da 1.^a edição promulgada por Paulo VI em 1969.

Merece uma leitura atenta e um estudo aprofundado, até porque reflecte uma das maiores preocupações do Vaticano II,

que foi justamente colocar a Palavra de Deus ao alcance dos fiéis, sobretudo nas celebrações litúrgicas.

O P. Luis Ribeiro, neste seu artigo, desenvolve o tema da Equipa Litúrgica e mostra, com toda a clareza e sentido pastoral, como esta equipa se pode formar, actuar e prestar um serviço indispensável à assembleia. As equipas litúrgicas, que se multiplicam por esse país além, encontram aqui um texto de reflexão que poderá permitir eventualmente a descoberta da sua identidade e não deixará de constituir um sólido apolo e um poderoso estímulo.

O Noticiário apresenta três acontecimentos a que o Secretariado Nacional de Liturgia reconhece grande importância: o próximo Encontro Nacional em Setembro, os Encontros diocesanos e o começo da saída da nova edição da Liturgia das Horas.

Como já se referiu, o próximo número do Boletim será especial e incluirá na íntegra as conferências proferidas no último Encontro nacional que foi dedicado ao Tríduo Pascal no contexto da celebração do Mistério Pascal.

ORDENAÇÃO DAS LEITURAS DA MISSA

Segunda edição típica

A *Ordenação das Leituras da Missa*, impressa pela primeira vez em edição típica no ano de 1969, tinha sido promulgada no dia 25 do mesmo ano por especial prescrição do Sumo Pontífice Paulo VI, de acordo com as normas da «Constituição sobre a Sagrada Liturgia», para oferecer às Conferências Episcopais as indicações acerca de cada uma das leituras bíblicas a utilizar na celebração da Missa. Tais indicações destinavam-se à elaboração dos Leccionários redigidos nas línguas populares, nas diversas regiões.

Nessa edição, faltavam as indicações bíblicas das leituras para as «Ordenações» dos sacramentos, bem como as dos ritos que foram publicados após o mês de Maio de 1969. Além disto, concluída a edição da Nova Vulgata dos Livros Sagrados, foi determinado pela Constituição Apostólica «*Scripturarum Thesaurus*», do dia 25 de Abril de 1979, que o texto da edição da Nova Vulgata deveria, de aí em diante, tomar-se como típico para o uso litúrgico.

Entretanto, uma vez que a primeira edição típica já não está em vigor, considerou-se oportuno preparar segunda edição, que, em relação à primeira, apresenta os seguintes elementos próprios:

- 1) O texto das «Notas Prévias» foi aumentado.
- 2) Segundo as normas da Constituição Apostólica «*Scripturarum Thesaurus*», nos textos bíblicos citados foi utilizada a edição da Nova Vulgata dos Livros Sagrados.
- 3) Foram inseridas todas as indicações bíblicas que se encontram nos Leccionários das «Ordenações» dos sacramentos e dos sacramentais publicados depois da primeira edição da «Ordenação das Leituras da Missa».
- 4) Também foram acrescentadas as indicações bíblicas referentes

às leituras de algumas Missas «para as diversas necessidades», bem como às leituras das restantes Missas, que foram inseridas pela primeira vez na segunda edição do Missal Romano, no ano de 1975.

- 5) No que se refere às celebrações da Sagrada Família, do Baptismo do Senhor, da Ascensão e do Pentecostes, foram acrescentadas as indicações das leituras facultativas («ad libitum»), a fim de se completarem definitivamente os textos bíblicos das mesmas celebrações, distribuídos no Leccionário pelos ciclos A, B e C, para os domingos e dias festivos.

O Sumo Pontífice João Paulo II aprovou, com a sua autoridade, esta segunda edição da «Ordenação das Leituras da Missa», e a Sagrada Congregação para os Sacramentos e o Culto Divino a promulgou e a declarou como típica.

As Conferências Episcopais providenciarão por que as alterações que se encontram nesta segunda edição sejam introduzidas nas edições que se vierem a preparar nas línguas vernáculas.

INTRODUÇÃO

PREÂMBULO

Capítulo I

PRINCÍPIOS GENÉRICOS SOBRE A CELEBRAÇÃO LITÚRGICA DA PALAVRA DE DEUS

1. Alguns conceitos prévios

a) IMPORTÂNCIA DA PALAVRA DE DEUS NA CELEBRAÇÃO LITÚRGICA

Sobre a importância da Palavra de Deus e o uso da Sagrada Escritura a renovar em qualquer celebração litúrgica, muitas e excelentes coisas já foram ditas, quer no Concílio Vaticano II, quer no Magistério dos Sumos Pontífices, quer em vários documentos que, depois do próprio Concílio, promulgaram os Dicastérios da Santa Sé. Além disto, alguns princípios de maior importância foram a seu tempo

apresentados e brevemente esclarecidos na Introdução da «Ordenação das Leituras da Missa» editada no ano de 1969.

Uma vez, porém, que, surgindo a oportunidade desta nova edição da própria «Ordenação das Leituras da Missa», daqui e dali se pedia se expressassem de maneira mais precisa os mesmos princípios, foi cuidadosamente elaborada esta disposição mais ampla e corrente da Introdução. Nela, além de se confirmar, antes de mais, a íntima relação entre a Palavra de Deus e a acção litúrgica, tratar-se-á mais especificamente da mesma Palavra de Deus na celebração da Missa, e expor-se-á, por fim, a estrutura da Ordenação das Leituras assim definida.

b) TERMOS USADOS PARA SIGNIFICAR A PALAVRA DE DEUS

Embora neste campo, pareça, com razão, dever-se insistir em certa limitação nas palavras, para que a linguagem seja realmente mais clara e transparente, nesta Introdução, usaremos, porém, os mesmos vocábulos utilizados, quer no próprio Concílio, quer depois dele. Assim, chamaremos indistintamente e de forma equivalente aos livros escritos sob a inspiração do Espírito Santo, ora Sagrada Escritura, ora Palavra de Deus, evitando qualquer outra mistura de nomes ou coisas.

c) SIGNIFICADO LITÚRGICO DA PALAVRA DE DEUS

Apresentam-se de maneira maravilhosa os múltiplos tesouros da Palavra de Deus, nas várias celebrações, bem como nas diversas assembleias de fiéis, que participam nas mesmas celebrações, quando, na sua evolução, é comemorado o mistério de Cristo no decorrer do ano, ou são celebrados os sacramentos e os sacramentais da Igreja, ou ainda quando cada um dos fiéis responde à íntima acção do Espírito Santo. Pois, nesse momento, a própria acção litúrgica, que se apoia e consolida sobretudo na Palavra de Deus, passa a constituir uma nova realidade e enriquece a mesma Palavra com nova interpretação e eficácia. Assim, na Liturgia, a Igreja segue fielmente a maneira de ler e interpretar as Escrituras Sagradas que o próprio Cristo utilizou, quando exortou a aprofundar todas as Escrituras a partir desse «hoje» que definiu a Sua própria realidade.

2. A celebração litúrgica da Palavra de Deus

a) O CUNHO PRÓPRIO DA PALAVRA DE DEUS NA ACÇÃO LITÚRGICA

A Palavra de Deus não é proferida de uma única forma na acção litúrgica, e nem sempre atinge os corações dos ouvintes com a mesma

eficácia; mas Cristo está sempre presente, mediante a sua Palavra, a santificar os homens e a prestar um culto perfeito ao Pai, realizando o mistério da salvação.

Além disto, a dádiva da salvação, que a Palavra de Deus constantemente recorda e prodigaliza, atinge o seu pleno significado na acção litúrgica, de tal modo que a celebração litúrgica se torna uma exposição contínua, plena e eficaz da própria Palavra de Deus.

E assim, a Palavra de Deus, constantemente exposta na Liturgia, é sempre viva e eficaz pelo poder do Espírito Santo, e manifesta o amor operante do Pai na sua infalível eficácia para com os homens.

b) A PALAVRA DE DEUS NA DÁDIVA DA SALVAÇÃO

A Igreja anuncia um único e mesmo mistério de Cristo, ao proclamar, na acção litúrgica, tanto o Antigo como o Novo Testamento.

É que, no Antigo Testamento, está latente o Novo, e, no Novo Testamento, está patente o Antigo. Mas Cristo é o centro e a plenitude da Escritura inteira, bem como da inteira celebração litúrgica; devem, pois, beber das suas fontes quantos procuram a salvação e a vida.

E, quanto mais profundamente se apreende a celebração litúrgica, tanto mais intensamente se aprecia também a importância da Palavra de Deus; aliás, o que de uma se diz, também da outra se pode afirmar, já que o mistério de Cristo se recorda por meio de ambas e com ambas se perpetua segundo a maneira própria a cada uma.

c) A PALAVRA DE DEUS NA PARTICIPAÇÃO LITÚRGICA DOS FIÉIS

Na acção litúrgica, a Igreja responde fielmente o mesmo «Amen» que proferiu Cristo, Medianeiro entre Deus e os homens pelo seu Sangue derramado, para firmar divinamente, no Espírito Santo, a Nova Aliança.

Portanto, quando Deus comunica a sua Palavra, espera sempre uma resposta, que consiste em ouvi-la, bem como em adoração «no Espírito e na verdade» (Jo, 4, 23). É que o Espírito Santo torna eficaz essa resposta, para que as palavras escutadas na acção litúrgica se concretizem de facto na vida, consoante a norma: «Sede realizadores da Palavra, e não apenas ouvintes» (Tg 1, 22).

Posições do corpo, atitudes e palavras, pelas quais se exprime a acção litúrgica e se manifesta a participação dos fiéis, recebem o seu significado, não só da experiência humana, de onde derivam, mas também da Palavra de Deus e da economia da salvação, às quais se referem. Por isto, os fiéis participam tanto mais na acção litúrgica quanto mais, ao escutarem a Palavra de Deus nela proclamada, se esforçam por aderir ao próprio Verbo de Deus encarnado em Cristo, a fim de procurarem assimilar nos costumes e na vida o que tiverem celebrado na

Liturgia, e, por outro lado, tentarem transferir para a celebração litúrgica o que tiverem realizado na vida.

3. A Palavra de Deus na vida do povo da «Aliança»

a) A PALAVRA DE DEUS NA VIDA DA IGREJA

A Igreja edifica-se e cresce se ouvir a Palavra de Deus, e as maravilhas, que, de muitos modos, Deus fez outrora na história da salvação, são verdadeiramente reproduzidas, através dos símbolos da celebração litúrgica; por outro lado, o próprio Deus utiliza a assembleia dos fiéis, que celebra a Liturgia, para que a sua Palavra se propague e esclareça, e o seu Nome seja exaltado entre as nações.

E assim, a Igreja, todas as vezes que se reúne pela acção do Espírito Santo na celebração litúrgica, para anunciar e proclamar a Palavra de Deus, se reconhece como seu novo povo, no qual a Aliança, antigamente firmada, se torna finalmente perfeita e definitiva. E todos os fiéis cristãos, feitos pelo baptismo e a confirmação pregoeiros da Palavra de Deus, uma vez recebida a graça de a terem escutado, devem anunciar a mesma Palavra de Deus na Igreja e no mundo, ao menos pelo testemunho da sua vida.

E essa mesma Palavra de Deus, proclamada na celebração dos mistérios divinos, não só atinge a natureza das realidades presentes, mas também contempla o passado e antevê o futuro, mostrando como este se deve aguardar com tão grande desejo da nossa esperança que, no meio da instabilidade deste mundo, os nossos corações se estabelecem firmemente onde se encontram as verdadeiras alegrias.

b) A PALAVRA DE DEUS NA EXPOSIÇÃO DA IGREJA

Se, pela vontade do próprio Cristo, o novo Povo de Deus se diferencia pela maravilhosa diversidade dos seus membros, também são variados os deveres e as funções que incumbem a cada um no tocante à Palavra de Deus. É assim que os fiéis escutam e meditam a Palavra, mas só a expõem aqueles que, pela sagrada ordenação, estão incumbidos de exercer o múnus do magistério, ou aos quais se confia o exercício do mesmo ministério.

Deste modo, na doutrina, na vida e no culto, a Igreja perpetua e transmite a todas as gerações tudo o que ela mesma é, tudo o que crê, de forma que, no decorrer dos séculos, ela tende sem cessar para a plenitude da verdade divina, até se consumir na mesma Igreja a Palavra de Deus.

c) NECESSÁRIA CONEXÃO ENTRE A PALAVRA DE DEUS PROCLAMADA E A ACÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

Para que a Palavra de Deus realize de facto o que ao ouvido

ressoa, requer-se a acção do Espírito Santo, com a inspiração e o auxílio do qual a Palavra de Deus se torna o fundamento da acção litúrgica, bem como a norma e o sustentáculo da vida inteira.

Portanto, a influência do próprio Espírito Santo, não só antecede, acompanha e prolonga toda a acção litúrgica, mas também sugere a cada um dos corações quanto é exposto na proclamação da Palavra de Deus, diante de toda a assembleia dos fiéis. E, enquanto consolida a unidade de todos eles, também reanima os diversos carismas e suscita uma actividade multiforme.

d) ÍNTIMA LIGAÇÃO DA PALAVRA DE DEUS COM O MISTÉRIO EUCARÍSTICO

A Igreja tem acompanhado a Palavra de Deus e o mistério eucarístico com a mesma veneração, embora não com o mesmo culto. E sempre e em toda a parte os quis acompanhar e os sancionou, uma vez que, levada pelo exemplo do seu Fundador, nunca deixou de celebrar o seu mistério pascal, reunindo-se em comum para ler «em todas as Escrituras o que a Ele se referia» (Lc 24, 27) e para exercer a obra da salvação mediante o memorial do Senhor e os sacramentos. É que a pregação da Palavra é requerida para o próprio ministério dos sacramentos, por serem os sacramentos da fé, que nasce e se alimenta da Palavra.

Espiritualmente alimentada por uma e outra mesa, a Igreja, quanto mais se instrui, tanto mais plenamente se santifica. Se, pela Palavra de Deus, é anunciada a Aliança divina, pela Eucaristia é renovada a mesma nova e eterna Aliança. Na primeira, a história da salvação é evocada pelo eco da palavras; na segunda, a mesma história é manifestada pelos símbolos sacramentais da Liturgia.

Por conseguinte, é preciso ter sempre presente diante dos olhos a palavra divina lida e anunciada pela Igreja na Liturgia, como destinada que é ao sacrifício da Aliança e ao banquete da graça, isto é, à Eucaristia, para assim a levar à sua própria finalidade. Portanto, a celebração da Missa, em que se ouve a Palavra e se oferece a Eucaristia, constitui um único acto de culto divino, pelo qual se apresenta a Deus um sacrifício de louvor e se proporciona ao homem a plenitude da redenção.

PRIMEIRA PARTE

A PALAVRA DE DEUS NA CELEBRAÇÃO DA MISSA

Capítulo II

CELEBRAÇÃO DA LITURGIA DA PALAVRA NA MISSA

1. Elementos da liturgia da Palavra e seus ritos

«A parte principal da liturgia da Palavra é constituída pelas leituras da Sagrada Escritura com os cânticos intercalares. São seu desenvolvimento e conclusão a homilia, a profissão de fé e a oração universal ou oração dos fiéis».

a) AS LEITURAS BÍBLICAS

Na celebração da Missa, as leituras bíblicas, com os cânticos tirados da Sagrada Escritura, não podem omitir-se, nem encurtar-se, nem tão pouco substituir-se por outras leituras que não sejam bíblicas, o que seria ainda mais grave. Pois, pela própria Palavra de Deus, transmitida nesses escritos, «Deus fala (ainda) ao Seu Povo»; e, pelo uso diuturno da Sagrada Escritura, o povo de Deus, dócil ao Espírito Santo sob a luz da fé, poderá dar, com a sua vida e costumes, o seu testemunho a Cristo perante o mundo.

A leitura do Evangelho constitui o ponto culminante da mesma liturgia da Palavra. E as outras leituras, na ordem tradicional, isto é, passando do Antigo ao Novo Testamento, preparam para esse ponto culminante a assembleia reunida.

E a própria maneira como os leitores pronunciam, ao lerem em voz alta e de forma clara e inteligente, leva antes de mais, por meio das leituras, a comunicar correctamente à assembleia a Palavra de Deus. As leituras, tomadas de edições aprovadas, segundo a índole das diversas línguas, podem ser cantadas, mas de modo que o canto não obscureça as palavras, antes as ponha em evidência. Quando suceder que se leiam em língua latina, respeite-se o modo indicado no «Ordo Cantus Missae».

Na liturgia da Palavra, podem fazer-se, antes das leituras, especialmente da primeira, advertências breves e bem estruturadas. Deve atender-se com cuidado ao género literário destas advertências. Con- vêm que sejam simples, fiéis ao texto, breves, diligentemente preparadas, e se adaptem, de forma variada, ao texto que têm de introduzir.

As leituras sejam sempre proferidas no ambão, quando a Missa é celebrada com a assistência do povo.

Deve atender-se à veneração que merece a leitura do Evangelho, entre os ritos da liturgia da Palavra.

Quando se dispõe de um Evangelário, que, nos ritos iniciais, é processionalmente levado pelo diácono ou pelo leitor, muito convém que esse livro dos Evangelhos seja tomado do altar pelo diácono ou, na falta deste, por um presbítero, e levado ao ambão, indo à frente os acólitos com os círios e o incenso, ou outros sinais de veneração, se for costume. Os fiéis estão de pé e, aclamando o Senhor, veneram o livro dos Evangelhos. O diácono, que há-de proclamar o Evangelho, inclinado diante de quem preside, pede e recebe a bênção. Quando o diácono não está presente, o presbítero, inclinado diante do altar, diz em voz submissa a oração: *Munda cor meum...*

Convém que a saudação, o anúncio *Lectio sancti Evangelii* e o *Verbum Domini* sejam cantados, para que a assembleia possa cantar também a aclamação, ainda quando o Evangelho é apenas lido. Deste modo, não só se indica a importância da leitura evangélica, mas também se estimula a fé dos ouvintes.

No fim das leituras, a conclusão *Verbum Domini* também pode ser cantada por um cantor que não seja o leitor que fez a leitura, e todos a seguir aclamam. Desta maneira, a assembleia reunida presta homenagem à Palavra de Deus pela fé e pelo dom espiritual de acção de graças recebido.

b) SALMO RESPONSORIAL

O salmo responsorial, também chamado gradual, por ser «parte integrante da Liturgia da Palavra», assume indubitavelmente importância litúrgica e pastoral. Por isto, os fiéis devem ser constantemente elucidados sobre o modo de entenderem a palavra de Deus, que fala nos salmos, e sobre a forma de referirem os mesmos salmos à oração da Igreja. Por certo, «isto poderá conseguir-se mais facilmente desde que se promova, com maior diligência, para o clero, um conhecimento mais profundo dos salmos, segundo o sentido com que são cantados na Sagrada Liturgia, e se tornem disso participantes todos os fiéis, por meio de catequese adequada».

Podem trazer uma certa ajuda breves advertências, com as quais se possam explicar a escolha do salmo e do refrão e o seu relacionamento com as leituras.

O salmo responsorial deve habitualmente cantar-se. São de registar dois modos de cantar o salmo que se segue à primeira leitura: modo responsorial e modo directo. No modo responsorial, que se deve preferir na medida do possível, o salmista, ou cantor de salmos, enuncia os versículos do salmo, e toda a assembleia participa mediante o refrão. No modo directo, sem que a comunidade intercale o refrão, o salmo é cantado, quer só pelo salmista ou cantor do salmo, enquanto a assembleia se limita a ouvir, quer por todos em conjunto.

O canto do salmo, ou também só o do refrão, muito ajuda a

entender o sentido espiritual do salmo e favorece a sua meditação.

Em cada cultura, deve aproveitar-se tudo o que possa fomentar o canto da própria assembleia, especialmente o uso das alternativas para tal previstas na «Ordenação das Leituras da Missa», no tocante às respostas a utilizar nos vários tempos litúrgicos.

O salmo que ocorre depois da leitura, se não for cantado, deve recitar-se da maneira mais adequada à meditação da Palavra de Deus.

O salmo responsorial é cantado ou recitado no ambão pelo salmista ou cantor.

c) A ACLAMAÇÃO QUE PRECEDE A LEITURA DO EVANGELHO

Também o Aleluia ou, conforme o tempo litúrgico, o versículo antes do Evangelho constitui «um rito ou acto autónomo»; por ele, a assembleia dos fiéis acolhe e saúda o Senhor, que lhe vai falar, e, cantando, professa a sua fé.

O Aleluia e o versículo antes do Evangelho devem ser cantados com todos de pé, mas de modo que cantem a uma só voz, não só o cantor que os entoia e a «schola», mas também todo o povo.

d) A HOMILIA

Na homilia, expõem-se, no decorrer do ano litúrgico, a partir do texto sagrado, os mistérios da fé e as normas da vida cristã. Como parte da liturgia da Palavra, frequentes vezes e desde a Constituição litúrgica do Concílio Vaticano II, é recomendada com o maior interesse, e é mesmo prescrita em certos casos. A cargo habitualmente de quem preside, a homilia na celebração da Missa destina-se a que a Palavra de Deus proclamada juntamente com a liturgia eucarística, seja «como que o anúncio das maravilhas de Deus na história da salvação, isto é, no mistério de Cristo». Na verdade, o mistério pascal de Cristo, anunciado pelas leituras e pela homilia, é realizado pelo Sacrifício da Missa. Pela pregação da sua Igreja, Cristo está sempre presente e operante.

Por consequência, a homilia, ao explicar, quer o anúncio verbal da Sagrada Escritura, quer outro texto litúrgico, deve levar a comunidade dos fiéis a celebrar activamente a Eucaristia, para que «sejam fiéis na vida a quanto receberam pela fé». Por esta viva exposição da Palavra de Deus, de que se faz a leitura, até as celebrações da Igreja que se realizam podem alcançar maior eficácia, se a homilia for realmente fruto de meditação, bem preparada, nem prolongada em excesso nem curta de mais e ainda se nela forem tomados em conta todos os presentes, incluindo as crianças e as pessoas incultas.

Na concelebração, deve habitualmente encarregar-se da homilia o celebrante principal, ou um dos concelebrantes.

Nos dias prescritos, isto é, nos domingos e dias santos de guarda, mesmo nas Missas vespertinas do dia anterior, deve fazer-se a homilia

em todas as Missas celebradas com assistência do povo. Igualmente se tem de fazer a homilia nas Missas das crianças e nas que se destinam a grupos particulares.

Muito se recomenda a homilia nas férias do Advento, da Quaresma e do Tempo Pascal, para os fiéis que regularmente participam na celebração da Missa, e bem assim nos outros dias festivos e ocorrências em que o povo vai à igreja com maior frequência.

O sacerdote celebrante faz a homilia na cadeira, sentado ou de pé, ou então no próprio ambão.

Como é óbvio, da homilia distinguem-se os breves avisos feitos eventualmente ao povo, os quais se devem seguir à oração depois da comunhão.

e) O SILÊNCIO

A liturgia da Palavra deve celebrar-se de modo que favoreça a meditação, pelo que é totalmente de evitar qualquer forma de precipitação que impeça o recolhimento. O diálogo entre Deus e os homens, com a ajuda do Espírito Santo, exige breves momentos de silêncio, acomodados à assembleia reunida, pelos quais a Palavra de Deus seja recebida no coração e a resposta se prepare pela oração.

Tais momentos de silêncio na liturgia da Palavra podem oportunamente guardar-se, por exemplo, antes de começar a mesma liturgia da Palavra, depois da primeira e da segunda leituras, e, por último, no fim da homilia.

f) PROFISSÃO DE FÉ

O Símbolo ou profissão de fé, que, segundo as rubricas, se deve recitar, destina-se a que a assembleia reunida dê o seu assentimento e resposta à Palavra de Deus, escutada nas leituras e na homilia, e recorde a regra de fé, mediante uma fórmula aprovada pela Igreja, antes de a assembleia começar a celebrar o mistério da fé na Eucaristia.

g) ORAÇÃO UNIVERSAL OU ORAÇÃO DOS FIÉIS

Na oração universal dos fiéis, a assembleia, à luz da Palavra de Deus, à qual de certo modo responde, ora habitualmente pelas necessidades de toda a Igreja e da comunidade local, pela salvação do mundo e por certas comunidades humanas oprimidas por qualquer dificuldade.

Sob a orientação do próprio celebrante, serão apresentadas à assembleia pelo diácono, ou por um acólito, ou ainda por alguns fiéis, petições breves e compostas com judiciosa liberdade, mediante as quais «o povo ora por todos os homens, exercendo deste modo o seu múnus sacerdotal», de modo que, levando a consumarem-se em si mesmo os frutos da liturgia da Palavra, possa passar de maneira mais conveniente à liturgia eucarística.

O celebrante dirige da cadeira a oração universal, mas as intenções são enunciadas do ambão.

A assembleia reunida participa de pé, dizendo ou cantando a invocação comum depois das intenções proferidas, ou então orando em silêncio.

2. Elementos que ajudam a celebrar condignamente a liturgia da Palavra

a) LUGAR DA PROCLAMAÇÃO DA PALAVRA DE DEUS

No espaço da igreja, deve haver um lugar elevado, seguro, convenientemente adaptado e assaz nobre, que, ao mesmo tempo, corresponda à dignidade da Palavra de Deus, claramente recorde aos fiéis que na Missa se prepara a mesa, quer da Palavra de Deus, quer do Corpo de Cristo, e, por fim, seja capaz de ajudar da melhor maneira a audição e a atenção dos fiéis, no decorrer da acção litúrgica. Deve, pois, procurar-se, para a estrutura de cada igreja, a harmonia e a ligação do ambão com o altar.

É conveniente que o ambão, consoante a sua estrutura, quer de maneira fixa, quer de ocasião, ao menos nos dias solenes, seja sobriamente ornamentado.

O ambão, que é o lugar de onde os ministros anunciam a Palavra de Deus, deve reservar-se, pela sua própria natureza, às leituras, ao salmo responsorial e ao precónio pascal. No entanto, a homília e a oração dos fiéis podem proferir-se do ambão, dada a íntima conexão destes elementos com toda a liturgia da Palavra. Não é conveniente que outros subam ao ambão, por exemplo, o comentador, o cantor ou o dirigente do canto.

Para servir de maneira adequada às celebrações, o ambão deve ser amplo, dado que, por vezes, têm de estar nele vários ministros. Além disto, devem dar-se providências para que os leitores disponham, no ambão, de luz suficiente para lerem o texto e possam eventualmente utilizar os instrumentos técnicos modernos para se fazerem comodamente ouvir pelos fiéis.

b) LIVROS DESTINADOS À PROCLAMAÇÃO DA PALAVRA DE DEUS NAS CELEBRAÇÕES

Os livros que contêm as leituras da Palavra de Deus, tal como os ministros, as acções e os outros elementos, produzem na memória dos ouvintes a presença de Deus, que fala ao Seu povo. Tomem-se, pois, medidas para que esses livros também sejam realmente dignos, decentes e belos, visto serem, na acção litúrgica, sinais e símbolos das realidades do alto.

Visto o anúncio do Evangelho se apresentar sempre como o ponto culminante da mesma liturgia da Palavra, a tradição litúrgica,

tanto no Ocidente como no Oriente, estabeleceu constantemente uma certa diferença entre os livros das leituras. É que o Livro dos Evangelhos era feito, ornamentado e venerado com muito maior apuro do que o outro ou os outros livros das leituras. É, portanto, muito conveniente que, na nossa era, haja também um Evangeliário belamente ornado, distinto de outro livro das leituras, ao menos nas catedrais e nas maiores e mais frequentadas paróquias e igrejas. É este livro que, por direito, se entrega ao diácono, na ordenação, e é imposto e sustentado sobre a cabeça do bispo eleito na ordenação episcopal.

Por último, em razão da dignidade da Palavra de Deus, os livros das leituras utilizadas na celebração não sejam substituídos por outras publicações de carácter pastoral, como as pagelas destinadas aos fiéis, para prepararem as leituras ou para meditação pessoal.

Capítulo III

FUNÇÕES E MINISTÉRIOS NA CELEBRAÇÃO DA LITURGIA DA PALAVRA NA MISSA

1. As funções do presidente na liturgia da Palavra

Aquele que preside à liturgia da Palavra guarda-a em si, como íntimo alimento, juntamente com os fiéis, aos quais a comunica sobretudo na homilia. E, embora escute ele próprio a Palavra de Deus proclamada por outros, permanece sempre o primeiro a quem está confiado o múnus de a anunciar. Ainda que, por si ou por outros, procure que a Palavra de Deus seja convenientemente proclamada, reserva habitualmente para si formular alguns avisos, para que os fiéis escutem com mais atenção, e, sobretudo, fazer a homilia, para neles fomentar uma percepção mais fecunda da Palavra de Deus.

É também necessário que, antes de mais, aquele que deve presidir à celebração conheça muito bem a estrutura da «Ordenação das Leituras», para saber despertar-lhe os frutos no coração dos fiéis. Além disto, pela oração e pelo estudo, deve apreender a harmonia e a interligação entre os vários textos da liturgia da Palavra, para que, mediante a «Ordenação das leituras», os fiéis entendam correctamente o mistério de Cristo e a Sua obra de salvação.

Quem preside deve recorrer sem reservas às várias opções propostas no Leccionário, no tocante às leituras, refrães, salmos responsoriais, aclamações antes do Evangelho, mas de acordo com todos os interessados, ouvidos igualmente os fiéis no que lhes diz respeito.

O presidente exerce também o seu múnus próprio e o ministério da Palavra, quando pronuncia a homilia. Pois, com ela, conduz os seus irmãos a uma saborosa inteligência da Sagrada Escritura, abre

o ânimo dos fiéis à acção de graças pelas maravilhas de Deus, alimenta a fé dos presentes acerca da Palavra que, na celebração, se torna sacramento pela virtude do Espírito Santo, prepara-os enfim para uma frutuosa comunhão, e convida-os a assumirem as exigências da vida cristã.

Ao presidente compete, por vezes, com os seus avisos, introduzir os fiéis na liturgia da Palavra, antes de se proclamarem as leituras. Tais avisos poderão, sem dúvida, ajudar a assembleia reunida a escutar a Palavra de Deus, despertando o sentimento da fé e da boa vontade. E pode exercer esse múnus por meio de outros, por exemplo, o diácono ou comentador.

O presidente guia os fiéis para a liturgia eucarística, dirigindo a oração universal e relacionando-a, se for possível, com as leituras e a homilia da celebração em curso, por meio de algum aviso e da oração conclusiva.

2. O papel dos fiéis na liturgia da Palavra

Pela Palavra de Cristo, o povo de Deus reúne-se, aumenta, é alimentado, «o que se aplica sobretudo à liturgia da Palavra na celebração da Missa, na qual se unem inseparavelmente o anúncio da Morte e da Ressurreição do Senhor, a resposta do povo que escuta e a própria oblação pela qual Cristo confirmou a Nova Aliança no Seu Sangue, e na qual os fiéis comungam, quer em desejo, quer pela recepção do Sacramento». Na verdade, «não é só quando se faz a leitura do 'que foi escrito para nossa instrução' (*Rom. 15,4*), mas também quando a Igreja reza, canta ou actua, que a fé dos participantes é alimentada e os espíritos despertam para Deus, para Lhe prestarem 'um culto racional' (*ibid. 12,1*) e receberem mais abundantemente a Sua graça».

Na liturgia da Palavra, pela audição da mensagem da fé (*Gál. 3,2.5*), também hoje a comunidade dos fiéis cristãos recebe de Deus a Palavra da Aliança, e, com a mesma fé, deve, sem dúvida, responder a essa Palavra, para se tornar cada vez mais, de dia para dia, o Povo da Nova Aliança.

O Povo de Deus tem o direito de receber abundantemente o tesouro espiritual da Palavra de Deus: a tal efeito é conduzido pelo uso da Ordenação das Leituras da Missa, pelas homilias e pela acção pastoral.

Na celebração das Missas, devem os fiéis ouvir a Palavra de Deus com aquela veneração interior e exterior que, dia após dia, lhes transmita um incremento de vida espiritual e os insira mais estreitamente no mistério celebrado.

Para poderem de ânimo jubiloso celebrar o Memorial do Senhor, sintam os fiéis que existe uma única presença de Cristo, quer na Palavra de Deus, «pois é Ele mesmo que fala quando se lêem, na igreja, as Sagradas Escrituras», quer «principalmente sob as espécies eucarísticas».

Para ser recebida e introduzida na vida dos fiéis cristãos, a Palavra de Deus exige uma fé viva, e essa fé é constantemente despertada pela audição da Palavra de Deus que se proclama.

É que as Sagradas Escrituras, muito especialmente na proclamação litúrgica, são fonte de vida e de virtude, já que o Apóstolo atesta destinar-se o Evangelho à salvação de todo o crente; pelo que o amor das Escrituras constitui o vigor e a renovação de todo o Povo de Deus. Importa, pois, que todos os fiéis cristãos, sem excepção, constantemente se disponham a ouvir a Palavra de Deus com alegria. Quando é anunciada pela Igreja e se introduz na prática da vida, a Palavra de Deus, pela acção do Espírito, ilumina os fiéis e atrai-os para o mistério integral do Senhor, que importa levar a esse efeito. Na verdade, a Palavra de Deus, fielmente recebida, desperta o coração e as suas disposições para a conversão e para uma vida que brilhe pela fé, individual e comunitária, uma vez que é alimento de vida cristã e fonte da oração de toda a Igreja.

A íntima conexão da liturgia da Palavra com a liturgia eucarística na celebração das Missas faz que os fiéis participem nessa celebração logo de início, e também os leva a uma participação atenta e, na medida do possível, a uma audição preparada, mormente por um conhecimento mais profundo da Sagrada Escritura anteriormente adquirido. Além disto, despertará neles o desejo de alcançarem um entendimento litúrgico dos textos que se lêem e a vontade de lhes responder cantando.

Assim também, pela audição da Palavra de Deus e reflectindo no que ouviram pela meditação, os fiéis cristãos podem dar uma resposta efectiva, cheia de fé, de esperança e de caridade, mediante a oração e a oferta de si mesmos, não só no decorrer da celebração, mas também em toda a sua vida cristã.

3. Os ministérios na liturgia da Palavra

A tradição litúrgica atribui aos ministros — leitores e diáconos — o encargo de fazerem as leituras bíblicas na celebração da Missa. Na falta de diácono ou de outro sacerdote, leia o Evangelho o sacerdote que celebra, e, na falta de um leitor, todas as leituras.

Na liturgia da Palavra da Missa, compete ao diácono anunciar o Evangelho, fazer uma vez ou outra a homília, dada a oportunidade, e apresentar ao povo as intenções da oração universal.

«O leitor tem, na celebração eucarística, uma função que lhe é própria e que ele deve exercer por si mesmo, ainda que haja outros ministros de grau superior». O ministério do leitor, conferido por rito litúrgico, deve ser tido em apreço. Os leitores instituídos, se os houver, devem exercer a função própria ao menos nos domingos e dias festivos, sobretudo na celebração principal. Pode-lhes ainda ser confiada a missão de ajudar a organizar a liturgia da Palavra, e, sempre que seja preciso, a de preparar os outros fiéis ocasionalmente encarregados de fazerem, na celebração, leituras da Missa.

A comunidade litúrgica precisa de leitores, embora não instituídos para semelhante função. Deve, pois, procurar-se que haja alguns leigos mais idôneos, preparados para esse ministério. Quando houver muitos leitores e muitas leituras a fazer, convém distribuí-las entre eles.

Nas Missas em que não haja diácono, a missão de apresentar as intenções da oração universal deve confiar-se a um cantor, sobretudo quando forem entoadas, a um leitor ou a outra pessoa.

Quando sobem ao ambão, para lerem a Palavra de Deus na celebração da Missa com povo, qualquer outro sacerdote, diácono ou leitor instituído no ministério próprio devem usar a veste própria do seu grau hierárquico. No entanto, aqueles que exercem o múnus de leitor de forma ocasional, ou mesmo ordinariamente, podem subir ao ambão com o trajo comum, respeitados, porém, os costumes das várias regiões.

«Para que a audição das divinas leituras desperte no coração dos fiéis aquele afecto vivo e suave pela Sagrada Escritura, é necessário que os leitores que exercem este ministério, embora não tenham recebido a instituição, sejam realmente idôneos e cuidadosamente preparados».

Essa preparação deve ser, antes de mais, espiritual, mas é necessária a preparação propriamente técnica. A preparação espiritual supõe pelo menos a dupla formação bíblica e litúrgica. A formação bíblica deve tender para que os leitores possam apreender as leituras no próprio contexto e entender, à luz da fé, o âmago da mensagem revelada. A formação litúrgica deve dar aos leitores uma certa aptidão para perceber o sentido e a estrutura da liturgia da Palavra e as razões da ligação entre a liturgia da Palavra e liturgia eucarística. A preparação técnica deve tornar, de dia para dia, os leitores mais aptos para a arte de lerem diante do povo, quer de viva voz, quer mediante os aparelhos destinados à sua amplificação.

Ao salmista ou cantor do salmo, compete cantar de maneira alternada ou seguidamente o salmo ou outro cântico bíblico, o gradual e o 'Aleluia' ou outro cântico, que haja entre as leituras. E, dada a ocasião, pode entoar ele próprio o 'Aleluia' e o versículo.

Para exercer este cargo de salmista, convém que haja, em cada comunidade eclesial, leigos dotados da arte de salmodiar e da capacidade de pronunciar e dizer correctamente as palavras. O que foi dito acima sobre a formação dos leitores vale também para os cantores do salmo.

Também exerce um verdadeiro ministério litúrgico o comentador que, do lugar adequado, dá à comunidade dos fiéis explicações e avisos oportunos, claros, transparentes na sua sobriedade, preparados com rigor, habitualmente escritos e previamente aprovados pelo celebrante.

A EQUIPA LITÚRGICA

— Um serviço à Assembleia

Na sequência dos estudos e conferências publicados neste *Boletim*, de modo especial dos que se referem aos ministérios na Liturgia ⁽¹⁾, parece-me de interesse abordar agora o tema da *Equipa Litúrgica*, não só porque os ministérios litúrgicos estão ao serviço de uma mesma assembleia e de uma mesma acção comum, a celebração litúrgica, como pelo facto de já existirem em muitas paróquias grupos de pessoas que se reúnem a preparar a celebração dominical.

Sem a pretensão de dizer coisas novas, neste artigo procurarei simplesmente ajudar a ler os documentos saídos da reforma conciliar e proporcionar aos leitores do *Boletim*, que não tenham grande disponibilidade de leitura, o acesso a outros estudos e orientações práticas ⁽²⁾.

A reforma litúrgica

sob o lema da participação

O Concílio do Vaticano II ao propôr-se fazer crescer a vida cristã dos fiéis (SC 1), aponta como um dos principais meios a participação na sagrada Liturgia. Logo o n.º 11 da *Constituição sobre a Sagrada Liturgia* (=SC) recomenda aos pastores de almas que vigiem «não só por que se observem, na acção litúrgica, as leis que regulam a celebração válida e lícita, mas que os fiéis nela participem consciente, activa e frutuosa».

Mas é principalmente o n.º 14 da *Constituição litúrgica* que se refere à participação dos fiéis na Liturgia: «É desejo ardente da Santa

⁽¹⁾ Ver *Os ministérios na Liturgia*, Boletim de Pastoral Litúrgica (=BPL), n.º 11-12, publicado em livro: *Os ministérios na Liturgia* ed. do Secretariado Nacional de Liturgia, 1982; JOUNEL P., *Os ministérios não ordenados na Igreja*, BPL, 27 (1982), pp. 5-14.

⁽²⁾ Referimo-nos de modo particular às publicações do CNPL — *Fiches de formation pour animateurs de célébrations*, Paris, 1975.

Igreja que todos os fiéis cheguem àquela plena, consciente e activa participação na celebração litúrgica que a própria natureza da Liturgia exige e que é, por força do Baptismo, um direito e um dever do povo cristão, 'raça escolhida, sacerdócio real, nação santa, povo adquirido'» (1 Pe 2,9; cf 2, 4-5).

E a *Constituição* prossegue: «Na reforma e incremento da Sagrada Liturgia deve dar-se a maior atenção a esta plena e activa participação dos fiéis, porque ela é a primeira e necessária fonte onde eles podem ir beber o espírito genuinamente cristão» (SC 14).

Depois de falar na formação litúrgica nos seminários, casas de religiosos e faculdades de teologia, pois não há qualquer esperança de que os pastores se empenhem na formação litúrgica dos fiéis se eles a não receberem antes (cf. nn. 14-18), a *Constituição Litúrgica* determina que «os pastores de almas procurem fomentar com persistência e zelo a formação litúrgica e a participação activa dos fiéis, tanto interna como externa, segundo a idade, condição, género de vida e grau de cultura religiosa, na convicção de que estão cumprindo um dos mais importantes múnus do dispensador fiel dos mistérios de Deus» (SC 19).

É mesmo esta a finalidade da reforma litúrgica: «permitir ao povo cristão um acesso mais seguro à abundância de graça que a Liturgia contém... de modo que o povo cristão possa mais facilmente apreender o sentido (dos textos e dos ritos) e participar deles com uma celebração plena, activa e comunitária» (SC 21).

A participação dos fiéis nas acções litúrgicas não é qualquer coisa de accidental na vida da Igreja. Trata-se de uma exigência que decorre da própria natureza da Igreja e da Liturgia: «A acção litúrgica não é acção privada, mas celebração da Igreja, que é 'sacramento de unidade', povo santo reunido e ordenado sob a direcção do Bispo» (SC 26). «Tal acção pertence a todo o Corpo da Igreja, manifesta-o e implica-o, atingindo porém cada um dos membros de modo diverso, segundo a variedade dos estados, das funções e da actual participação» (*ib.*). Por isso «sempre que os ritos implicam... uma celebração comunitária, caracterizada pela presença e activa participação dos fiéis..., esta deve preferir-se, na medida do possível, à celebração individual e como que privada» (SC 27).

Concretizando ainda um pouco mais as normas da reforma litúrgica, a *Constituição* diz: «Para fomentar a participação activa, cuidem-se as aclamações dos fiéis, as respostas, a salmodia, as antífonas, os cânticos, bem como as acções, gestos e atitudes. E não deixe de se observar, a seu tempo, o silêncio sagrado» (SC 30).

Mais adiante, ao referir-se ao Ministério Eucarístico (Cap. II), a *Constituição Litúrgica* sublinha de novo que «a Igreja procura, solícita e cuidadosa, que os cristãos não assistam a este mistério de fé como estranhos ou espectadores mudos, mas participem na acção sagrada, consciente, piedosa e activamente» (SC 48).

Como diz o P. Journel, «podemos felicitar-nos pelo caminho percorrido desde o tempo em que os leigos não podiam usar a palavra na assembleia fora do canto, e em que se consultava gravemente a Santa

Sé para saber se eles tinham o direito de dialogar com o celebrante»⁽³⁾. E o P. Neunheuser, referindo-se ao lugar dos sacerdotes e dos fiéis no Missal romano anterior ao Concílio, diz o seguinte: «Não é exagerado concluir que para os autores destas rubricas a Missa se tornou uma acção unicamente sacerdotal, isto é, clerical, onde praticamente não se têm em conta os fiéis»⁽⁴⁾.

O missal de Paulo VI e a participação dos fiéis

Bem diferente é a situação depois da reforma do Vaticano II. O Concílio operou de facto uma mudança radical de forma definitiva e solene. Podemos constatá-lo praticamente ao lermos ainda a Constituição Litúrgica: «Na revisão dos livros litúrgicos, procure-se que as rubricas tenham em conta a parte que compete aos fiéis» (SC 31).

O novo *Missal Romano* quis responder a esta vontade do Concílio. E a sua realização manifesta-se claramente na sua *Instrução Geral*.

Sempre que vem a propósito, a *Instrução Geral* (=IGMR) fala da participação dos fiéis. Logo no n.º 7 podemos ler: «Na Missa ou Ceia do Senhor, o povo de Deus é convocado e reunido, sob a presidência do sacerdote... para celebrar o memorial do Senhor ou sacrifício eucarístico».

Também no n.º 14 a IGMR se exprime com clareza: «A celebração da Missa é, por natureza, comunitária. Por isso têm importância muito particular os diálogos entre o celebrante e a assembleia dos fiéis bem como as aclamações». Por isso se reclamam as aclamações e respostas dos fiéis em todas as formas de celebração da Missa, e modo que «se exprima claramente e se estimule a acção de toda a comunidade» (n. 15).

Esta «participação activa dos fiéis, que se deve manifestar e favorecer» (n. 16), é depois sublinhada em todas as ocasiões possíveis.

Os ritos iniciais da Missa têm por fim «estabelecer a comunhão entre os fiéis reunidos e dispô-los para ouvirem a Palavra de Deus e celebrarem dignamente a Eucaristia» (n. 24). De facto, a Missa começa depois de «reunido o povo» (n. 25).

Na saudação do celebrante e resposta do povo «manifesta-se o mistério da Igreja reunida» (n. 28).

Depois de falar da oração do sacerdote (*Colecta*), a *Instrução* acrescenta: «O povo associa-se a esta súplica, e faz sua a oração, dando-lhe o seu assentimento expresso pela aclamação 'Amen'» (n. 32).

A propósito da Liturgia da Palavra a mesma *Instrução Geral*

(3) JOUNEL P., *art. cit.*, p. 14.

(4) NEUNHEUSER B., *La relation entre le prêtre et les fidèles dans la liturgie de Pie V et celle de Paul VI*, em AA. VV., *L'assemblée liturgique et les différents rôles dans l'assemblée*, Edizioni Liturgiche, Roma 1977, p. 245.

diz o seguinte: «Nas leituras, comentadas pela homilia, Deus fala ao seu povo...; e o próprio Cristo, pela sua palavra, está presente no meio dos fiéis. Por meio do canto, o povo faz sua a palavra divina e a ela adere pela profissão de fé. Assim alimentado, eleva a Deus as suas preces na oração universal» (n. 33).

Os mesmos motivos aparecem na descrição da Liturgia Eucarística propriamente dita: «São trazidas as oferendas. É de louvar a apresentação do pão e do vinho pelos fiéis» (n. 49).

A Oração Eucarística é o «ponto central e culminante de toda a celebração...». Desde o seu início, «o sacerdote convida o povo a elevar os corações para o Senhor, na oração e na acção de graças, e associa-o a si na oração que ele, em nome de toda a comunidade, dirige a Deus Pai por Jesus Cristo. O sentido desta oração é que toda a assembleia dos fiéis se una a Cristo na proclamação das maravilhas de Deus e na oblação do sacrifício» (n. 54).

Mesmo quando a *IGMR* descreve os elementos principais da Oração Eucarística, ela insiste na participação do povo. Um dos elementos desta participação é a *aclamação* pela qual «toda a assembleia, em união com os coros celestes, canta ou recita o 'Sanctus'».

Esta aclamação, que faz parte da Oração Eucarística, deve ser recitada ou cantada por todo o povo juntamente com o sacerdote» (n. 55b). Esta Oração é a grande «acção de graças em que o sacerdote, em nome de todo o povo santo, glorifica a Deus Pai» (n. 55a); é a «oblação pela qual... a Igreja, especialmente aquela que neste momento aqui está reunida, oferece... a hóstia imaculada. Pretende a Igreja que os próprios fiéis, não somente ofereçam esta hóstia imaculada, mas aprendam a oferecer-se também a si mesmos» (n. 55f). «A Oração eucarística exige que todos a escutem com reverência e em silêncio, e que nela participem por meio das aclamações previstas no próprio rito» (n. 55h).

Na doxologia final a Oração eucarística «é ratificada e concluída pela aclamação do povo» (*ibid.*).

É natural que, ao referir-se ao rito da comunhão, a *Instrução Geral* sublinhe igualmente a participação dos fiéis. Logo a iniciar esta secção, ela diz o seguinte: «A celebração eucarística é um banquete pascal. Importa, por isso, que os fiéis, devidamente preparados, nela recebam, segundo o mandato do Senhor, o seu Corpo e Sangue como alimento espiritual. É esta a finalidade da fracção e demais ritos preparatórios, que encaminham os fiéis, de uma forma mais imediata, para a Comunhão» (n. 56). Mesmo quando se fala da preparação pessoal do sacerdote, acrescenta a seguinte admoção: «Idêntica preparação fazem os fiéis, com uma oração silenciosa» (n. 56f). Finalmente, insiste-se na conveniência de que «os fiéis recebam o Corpo do Senhor com hóstias consagradas na mesma Missa e, nos casos previstos, participem igualmente do cálice» (n. 56h).

Tudo isto é sublinhado ainda, sob um outro aspecto, no Capítulo III: *Ofícios e ministérios na Missa*. A maneira de norma geral é dado o seguinte princípio: «Na assembleia reunida para a celebração

da Missa, cada um tem o direito e o dever de dar a sua participação, segundo a ordem em que está investido e o ofício que desempenha. Assim, todos, ministros ou simples fiéis, ao desempenharem a sua função, façam tudo e só o que lhes compete...» (n. 58).

Depois de falar do ministério do bispo, do presbítero e do diácono, para o bem dos fiéis (nn. 59-61), a *IGMR* trata do *Ofício e função do povo de Deus*: «Na celebração da Missa, os fiéis constituem a nação santa, o povo resgatado, o sacerdócio real, para dar graças a Deus, para oferecer, não só pelas mãos do sacerdote, mas juntamente com ele...» (n. 62). Os fiéis são mesmo convidados a desempenhar alguns ministérios na celebração: «Não recusem os fiéis servir com alegria o povo de Deus, sempre que forem solicitados para desempenhar algum ministério especial na celebração» (*ib.*). O grupo coral, por exemplo, «exerce, entre os fiéis, um ofício litúrgico próprio e compete-lhe... animar a participação activa dos fiéis nos mesmos cânticos» (n. 63).

A *IGMR* refere-se em seguida a alguns ministérios especiais: «O *acólito* é instituído para o serviço do altar» (n. 65). «O *leitor* é instituído para fazer as leituras da Sagrada Escritura..., propor as intenções da oração universal e, na falta do salmista, recitar o salmo entre as leituras. O leitor tem na celebração da Eucaristia uma função que lhe é própria e que ele deve exercer por si mesmo, ainda que haja outros ministros de grau superior» (n. 66). «Ao *salmista* pertence entoar o salmo ou cântico bíblico que vem entre as leituras» (n. 67).

De entre os restantes ministros «contam-se aqueles que são designados para ministrar a sagrada Comunhão como ministros extraordinários, e ainda os encarregados de levar o Missal, a cruz, as velas, o pão, o vinho, a água, o turíbulo». Para fomentar a participação dos fiéis haverá ainda: «O *comentador*, incumbido de fazer aos fiéis explicações e admonições, a fim de os introduzir no sentido da celebração...; aqueles que «estão encarregados de receber os fiéis à porta da Igreja, de os conduzir aos seus lugares, de ordenar as procissões; os encarregados de fazer a colecta das oferendas» (n. 68).

Todos estes ministérios devem ser exercidos com ordem ao serviço do bem comum. Para isso, «é conveniente, sobretudo em igrejas e comunidades de maior importância, que haja um responsável pelo bom ordenamento das acções sagradas...» (n. 69).

Depois da enumeração destes vários ministérios, a *IGMR* determina que «todos os ministérios inferiores aos que são próprios do diácono podem ser exercidos por homens leigos, ainda mesmo que para tal não tenham recebido a respectiva instituição» (n. 70). O que não se pode dispensar é a competência e a preparação: «é necessário que os leitores... mesmo quando não tenham recebido a instituição, sejam realmente idóneos e cuidadosamente preparados» (n. 66). «Para bem se desempenhar do seu ofício, é necessário que o salmista seja competente na arte de salmodiar e dotado de uma pronúncia correcta e dicção perfeita» (n. 67). «As monições do comentador hão-de ser bem preparadas e muito sóbrias» (n. 68). É necessário enfim que todas as

acções sagradas «sejam executadas pelos ministros sagrados com dignidade, ordem e piedade» (n. 69).

Em seguida a *Instrução Geral* faz algumas observações em ordem a uma boa repartição das tarefas: «Se estão presentes várias pessoas que podem exercer o mesmo ministério, nada obsta a que distribuam entre si as diversas partes desse ministério. Por exemplo: pode um diácono encarregar-se das partes cantadas, e outro servir ao altar; quando haja mais que uma leitura, é preferível confiá-las a diferentes leitores; e assim nos outros casos» (n. 71).

A participação dos leigos na Liturgia e na vida da Igreja não se dá só porque há cada vez menos sacerdotes: «A participação plena, consciente e activa na celebração litúrgica é exigência da própria natureza da Liturgia e, por força do Baptismo, um direito e um dever do povo cristão» (SC 14). Os ministérios laicais não aparecem para substituir os ministérios ordenados nem muito menos para dispensar os presbíteros das suas responsabilidades pastorais: «Procurem os pastores de almas fomentar com persistência e zelo a formação litúrgica e a participação activa do fiéis... na convicção de que estão cumprindo um dos mais importantes múnus do dispensador fiel dos mistérios de Deus. Neste ponto guiem o rebanho não só com palavras mas também com o exemplo» (SC 19). De modo especial aos que servem ao altar «é necessário imbuí-los de espírito litúrgico, cada um a seu modo, e formá-los para executarem exactamente a parte que lhes compete» (SC 29).

Como vemos, exercer um ministério na Liturgia não é necessariamente uma promoção dos leigos, como um segundo baptismo, nem tão pouco expressão do reconhecimento da Igreja pelos seus bons serviços. E também não significa necessariamente uma melhor forma de participação por parte de quem o exerce.

É a própria palavra «ministério» que nos indica o espírito com que deve ser realizado. «Ministério» quer dizer «serviço». Portanto, exercer um ministério litúrgico é pôr-se ao serviço, neste caso, da assembleia orante.

Também a palavra «Liturgia» nos diz que se trata de um serviço num duplo sentido que lhe vem de um duplo movimento: serviço ao povo de quem o próprio Deus se fez servidor em Jesus Cristo; e serviço a Deus, prestado pelo povo, no louvor, na súplica e na acção de graças. A palavra «liturgia», já presente na sagrada Escritura, recobre o serviço ou obra de Deus em Cristo pelo seu povo, pela sua salvação; ao mesmo tempo designa o serviço, a obra do povo em Cristo para a glória de Deus. É portanto uma função pública e a obra essencial da Igreja ⁽⁵⁾.

Na realização dos vários ministérios litúrgicos se redescobre o verdadeiro papel dos leigos na vida da Igreja e se põe em marcha o serviço que os cristãos são chamados a prestar, de acordo com as suas competências, em ordem ao bem comum.

⁽⁵⁾ Cf. HEITZ S., *L'assemblée liturgique aujourd'hui*, em AA. VV., *L'assemblée liturgique et les différents rôles dans l'assemblée*, p. 186.

A equipa litúrgica

Finalmente a *Instrução Geral do Missal Romano* refere-se ao que nós poderíamos designar a *equipa litúrgica*:

«Sob a orientação do reitor da igreja, deve ser feita uma preparação eficiente de cada celebração litúrgica, de comum acordo entre todos os que nela são chamados a intervir, tanto no que se refere ao aspecto pastoral e musical; devem ser ouvidos também os fiéis naquilo que directamente lhes diz respeito» (n. 73).

É nesta perspectiva de verdadeira corresponsabilidade que se situam os vários ministérios e a própria equipa litúrgica.

Já em muitas paróquias e outras comunidades cristãs se vão formando equipas litúrgicas. Normalmente os seus membros preparam em conjunto as leituras do domingo, os cânticos, a oração universal, o acto penitencial, o acolhimento, algumas admoções e introduções às leituras e eventualmente a própria homilia. É normal que assim seja porque «a acção litúrgica não é acção privada, mas celebração da Igreja, que é 'sacramento de unidade', povo santo reunido e ordenado à volta do Bispo ou seu delegado» (SC 26; cf. 41.42.46).

A *Constituição sobre a sagrada Liturgia* põe de facto em realce a vida litúrgica da Diocese e da Paróquia: «Todos devem dar a maior importância à vida litúrgica da Diocese que gravita à volta do Bispo, sobretudo na igreja catedral, convencidos de que a principal manifestação da Igreja se faz numa participação perfeita e activa de todo o povo santo de Deus na mesma celebração litúrgica, especialmente na mesma Eucaristia» (SC 41). Mas também as paróquias, «organizadas localmente sob a presidência dum pastor que faz as vezes do bispo... representam, de algum modo, a Igreja visível espalhada por todo o mundo. Por consequência, deve cultivar-se no espírito e no modo de agir dos fiéis e do clero a vida litúrgica da paróquia... e trabalhar para que floresça o sentido da comunidade paroquial, especialmente na celebração comunitária da Missa dominical» (SC 42).

1. O PROBLEMA DA COMPETÊNCIA

Para exercer qualquer ministério ou serviço é necessário ter competência. Competência técnica, com certeza: é necessário saber como é que se faz. E é necessário saber também o que é da sua competência, pois «na celebração litúrgica, cada um deve fazer tudo e só o que lhe compete» (SC 28).

Mas antes de procurar os meios que dão a competência técnica ou que se põem em acção na celebração litúrgica, é necessário que esteja presente, no espírito de cada um e de toda a equipa litúrgica, o que é fundamental em Liturgia.

Não pretendemos fazer aqui um curso de introdução à Liturgia. Mas não será despropositado lembrar as realidades fundamentais da Liturgia recorrendo a alguns textos da Sagrada Escritura.

SACERDÓCIO DE CRISTO

O Senhor Jesus a quem Deus «estabeleceu herdeiro de todas as coisas» (Heb 1, 2), tornou-se em tudo «semelhante aos seus irmãos, a fim de ser um sumo sacerdote misericordioso e fiel no serviço de Deus, para expiar os pecados do povo» (Heb 2, 17). «Porque todo o sumo sacerdote, tomado de entre os homens, é estabelecido a favor dos homens nas suas relações com Deus, para oferecer dons e sacrifícios pelos pecados» (Heb 5, 1).

Cristo, no decurso da sua vida terrestre, «quando vivia na carne, ofereceu, com grande clamor e lágrimas, orações e súplicas Àquele que O podia salvar da morte, e foi atendido pela sua piedade» (Heb 5, 7). E «porque permanece eternamente, possui um sacerdócio eterno. Por isso, pode salvar definitivamente aqueles que, por Ele, se aproximam de Deus, pois está sempre vivo a interceder em seu favor» (Heb 7, 24).

Jesus Cristo é, pois, o sumo sacerdote da nova aliança que, pela oferta de si mesmo feita de uma vez para sempre, «purifica a nossa consciência das obras mortas para servir o Deus vivo» (Heb 9, 14). «Porque Cristo não entrou num santuário feito por mão do homem... mas no próprio céu, para Se apresentar agora diante de Deus por nós» (Heb 9, 24).

Eis em que consiste antes de mais a Liturgia: Jesus Cristo em oração e oferta diante do Pai «que tudo lhe entregou» para que Ele seja «tudo em todos».

SACERDÓCIO DA IGREJA

Este sacerdócio, esta tarefa de oração e de mediação são participados por Cristo à sua Igreja. É mesmo esta a razão de ser da Igreja. «Vós sois corpo de Cristo e seus membros, cada qual na parte que lhe toca» (1 Cor 12, 27). «Como um corpo tem muitos membros e todos os membros do corpo, embora sendo muitos, constituem um só corpo, assim também Cristo» (1 Cor 12, 12).

«Cristo morreu pelo pecado uma só vez, mas a sua vida é uma vida para Deus; assim, vós, também, considerai-vos mortos para o pecado e vivos para Deus, em Jesus Cristo» (Rom 6, 10-11). Em Jesus Cristo, «pedra viva, rejeitada pelos homens, mas escolhida e preciosa aos olhos de Deus, também vós, como pedras vivas, sois edificados em casa espiritual, por meio de um sacerdócio santo, a fim de oferecer sacrifícios espirituais, agradáveis a Deus por Jesus Cristo» (1 Pe 2, 4-5). «Vós sois raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo adquirido, a fim de proclamardes os grandes feitos d'Aquele que vos chamou das trevas à sua luz admirável» (1 Pe 2, 9).

Eis a fonte da Liturgia: Cristo, sacerdote eterno, «que nos liber-

tou dos nossos pecados pelo seu Sangue, e fez de nós um reino de sacerdotes para Deus seu Pai» (Ap 1, 5-6).

A ASSEMBLEIA

A assembleia litúrgica é verdadeiramente o acontecimento da Igreja e a sua manifestação. Como diz Heitz, é Cristo pascal no seu Espírito Santo pentecostal que convoca a assembleia para nos fazer participar no «Eschaton»: o seu reino eternamente definitivo.

O elemento constitutivo da assembleia é o culto que Cristo oferece à direita do Pai com todos os seus anjos e todos os seus santos, culto que desce dos céus a este lugar terrestre onde estão reunidos os que trazem o Nome de Cristo e ousam unir-se à oração do sumo Sacerdote eterno. A assembleia é assim constituída do alto e de baixo. De baixo, pelos diferentes serviços assumidos na assembleia: o do bispo, do presbítero, do diácono, dos outros ministros, do coro, e de cada membro do povo eleito de Deus, «raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo adquirido» (1 Pe 2, 9).

A assembleia litúrgica tem como centro a participação sempre nova, cada vez mais profunda, no Mistério de Cristo. Como diz Santo Agostinho, «a medida da nossa Vida está na medida da nossa oração».

A finalidade da assembleia litúrgica é a nossa incorporação cada vez mais perfeita no Corpo pascal de Cristo, a nossa configuração com Ele, o nosso enraizamento na sua vitória e na sua glorificação.

O lugar da assembleia litúrgica na Igreja é verdadeiramente central. Nela se manifesta e se realiza a eclesiologia que, a justo título, se pode chamar eucarística. A obra essencial da Igreja é a Liturgia. E a expressão suprema da fé apostólica é o mistério eucarístico. Formamos todos um só corpo, nós que participamos de um só pão e de um só cálice (cf 1 Cor 10, 16-17).

Foi esta a compreensão que a Igreja teve de si mesma no Concílio do Vaticano II. E o esforço da sua reforma foi o de fazer das nossas assembleias dominicais verdadeiras comunidades de fé, de oração e de caridade, a exemplo das comunidades apostólicas⁽⁶⁾.

Preparar as diversas acções que se realizam na Liturgia celebrada pela assembleia significa, portanto, preparar a colaboração dos diversos membros para que tudo proceda ordenadamente para o crescimento do Corpo até à plena estatura de Cristo. Na articulação ordenada de todas as suas funções resplandece a natureza única da Igreja: um único Corpo vivo, hierarquicamente estruturado e carismaticamente vitalizado⁽⁷⁾.

⁽⁶⁾ BOTTE B., *Peuple chrétien et hiérarchie dans la «Tradition Apostolique» de Saint Hippolyte*, em AA.VV., *L'assemblée liturgique et les différents rôles dans l'assemblée*, p. 89.

⁽⁷⁾ TRIACCA A. M., *Prezentazione*, em *L'assemblée liturgique...*, o.c., p. 9.

2. A CELEBRAÇÃO LITÚRGICA

O QUE CELEBRAMOS NA LITURGIA?

A equipa litúrgica que prepara a celebração pensa normalmente nos temas que se devem exprimir através das admoções, dos cânticos, das orações. Mas o que celebramos na Liturgia não são temas: é o encontro de Deus com os homens, em Cristo, hoje. O que temos a celebrar é o hoje de Deus no hoje dos homens. O hoje de Deus é o que Deus realizou e continua a realizar em nosso favor: trata-se de reconhecer justamente a Deus que nos reúne, que quer falar-nos e nos convida a comungar nos sinais do seu amor. O hoje dos homens são os acontecimentos pessoais e colectivos, as esperanças e os fracassos, os acontecimentos em que se joga a nossa resposta à Palavra de Deus.

Antes de pensarmos no modo de fazer, é necessário pormo-nos estas questões que condicionam tudo o resto e que permitem que a celebração não seja simplesmente um encadeamento de palavras, mas verdadeiramente uma acção de Deus e dos homens.

Hoje fala-se muito em «celebrar a vida». Mas celebrar a vida, em contexto cristão, de que se trata?

Para dar um princípio de resposta, que não seja puramente subjectiva, nada melhor do que voltar ao testemunho da comunidade apostólica. Podemos ler, por exemplo, o início da carta aos Romanos em que S. Paulo exprime as suas convicções. O que ele propõe aos seus irmãos para celebrar é o Deus vivo que actua no mundo e o futuro do mundo em Deus que se revelou, antes de mais, em Jesus Cristo, Deus não se revelou num programa mas na pessoa de Jesus Cristo, reconhecido e actuante na comunidade dos crentes.

Mas não celebramos só o dom de Deus em Jesus Cristo. Celebramos também a resposta do homem ao apelo de Deus. Não celebramos só o dom de Deus mas também os frutos que ele realiza no mundo, o seu dinamismo de conversão no coração do homem.

Dirigindo-se aos cristãos de Roma, Paulo escreve: «Eu vos exorto, irmãos, pela misericórdia de Deus, que ofereçais os vossos corpos (a vossa pessoa) e a vossa vida como sacrifício santo e agradável a Deus; é este o culto verdadeiro que Lhe deveis oferecer» (Rom 12, 1). Uma vida animada pelo Espírito de Deus, eis a realidade fundamental do culto cristão.

Na mesma carta, S. Paulo define a sua tarefa evangelizadora em termos litúrgicos (cf Rom 15, 16). Ele refere a graça que lhe foi dada por Deus:

- de ser ministro (liturgo) de Jesus Cristo entre os gentios
- exercendo o sacerdócio do Evangelho de Deus
- a fim de que a oblação dos gentios seja aceite e santificada pelo Espírito Santo.

E tudo isto se radica e encontra a sua máxima expressão e o seu ponto culminante na celebração da Eucaristia. Dirigindo-se aos Coríntios a propósito da celebração da Ceia do Senhor, S. Paulo diz: «Todas as vezes que comedes este pão e beberdes deste cálice, anunciais a morte do Senhor até que Ele venha» (1 Cor 11, 26). O que Cristo realiza pela sua morte-ressurreição e a Eucaristia celebra é a congregação dos filhos dispersos. E o primeiro anúncio da morte do Senhor, que atrai a Si todos os homens, é o anúncio intra-ecclesial eucarístico. É na morte-ressurreição do Senhor, celebrada na Eucaristia, que se sigila o apelo indefectível de Deus e a resposta definitiva do homem em Cristo «porque todas as promessas de Deus são um 'sim' em Jesus e é por Ele que nós dizemos 'Amen' à glória de Deus» (2 Cor 1, 20).

COM QUEM CELEBRAMOS?

Quando preparamos uma festa em casa pensamos antes nas pessoas a convidar, no seu perfil humano e social, nos seus gestos, nos seus anseios. Porque não o fazer também nas nossas assembleias litúrgicas?

Esta tomada de consciência, necessária para bem situar o que se vive e o que se vai celebrar, constitui o primeiro tempo da preparação. Isto exige um esforço constante para estarmos conscientes do que é importante na celebração mas também do que é vivido e sentido pela assembleia.

Não nos parece ser possível esta tomada de consciência sem um diálogo aberto entre os cristãos. Mas tomar consciência não basta: é preciso confiar responsabilidades.

RESPONSÁVEIS COM OUTROS

Depois de compreendemos o que celebramos e com quem celebramos, põe-se a questão: Como vamos fazer? Como vamos exprimir tudo isto na celebração?

Como vimos mais acima, os ministros ou animadores de uma celebração litúrgica estão ao serviço da assembleia. Mas cada um não age sozinho, é responsável com outros: pelo menos com o sacerdote que preside à celebração; mas, tanto quanto possível, também com os outros ministros: organista, leitor, outros membros da equipa litúrgica.

Até há pouco, o sacerdote decidia e dirigia tudo sozinho. Se agora, no seu lugar, um leigo se põe a decidir e a fazer tudo por sua conta, o benefício não será grande. E mesmo que uma paróquia tenha a sorte de contar com vinte ou trinta animadores mas de tal maneira que cada um em cada domingo decida e dirija tudo segundo as suas ideias, também não se terá avançado muito.

Cada ministro ou animador tem a sua personalidade própria. É normal e indispensável que use dela pois não é um mero executante. O que tem a dizer e a fazer passa pelo que ele é. Mas as

orientações e decisões importantes são preparadas e assumidas em conjunto e cada um se deve conformar com elas.

RESPONSÁVEIS DA IMAGEM DA IGREJA

A renovação destes últimos decénios levou-nos a redescobrir a Igreja como o «sacramento» de Jesus Cristo e da sua obra de salvação. O Concílio assumiu a palavra e a ideia que se quer exprimir. A Igreja há-de ser para os homens de hoje a manifestação de Cristo e a sua imagem tão expressiva quanto possível. E «a principal manifestação da Igreja faz-se numa participação perfeita de todo o povo santo de Deus na mesma celebração litúrgica, especialmente na mesma Eucaristia...» (SC 41; cf *IGMR* 74).

Quando os homens e mulheres deste nosso século XX vêm às nossas celebrações, que imagem de Igreja se lhes oferece?

A animação litúrgica

1. DE QUE SE TRATA?

A animação não entra na definição da Liturgia nem os manuais ou os rituais falam dela. E no entanto nós apercebemo-nos de que um grande número de cristãos se aborrece nas celebrações ou as abandona se elas não são animadas. O que é então a animação litúrgica, tão discreta que não faz parte das regras e tão indispensável que, sem ela, as nossas celebrações são deficientes?

Animar é dar vida, é comunicar um sopro de vida, de entusiasmo. Mas esta vida está já presente na própria assembleia reunida. Pequena ou grande, regular ou ocasional, composta de pessoas de todas as idades, ou só de jovens, a assembleia tem uma alma que é necessário detectar, revelar, fazer desabrochar. Ela terá necessidade de animadores para se animar. Mas estes não farão mais que agitar-se, se a sua acção não consistir em pôr em movimento a alma da assembleia.

A finalidade da animação não é, portanto, dar ou emprestar uma alma à assembleia mas permitir à alma que nela está que se exprima segundo as possibilidades de vitalidade e de participação que ela contém.

Dito isto, nós sabemos muito bem que é sempre necessário que alguns se ponham à frente para que todos se ponham a caminho. Quando um grupo ultrapassa a dezena de pessoas, a participação dos diferentes membros necessita de ser suscitada e organizada para não se cair na desordem ou na apatia: é a tarefa da equipa litúrgica. É necessário que alguns aceitem responsabilidades particulares, não para se exibirem mas para que toda a assembleia possa agir com dinamismo. A equipa de animação litúrgica põe-se ao serviço da assembleia para a ajudar a assumir a sua própria oração. Não pretende substituir ninguém, antes procura promover a participação activa de todos os membros do Corpo de Cristo.

2. UMA ACÇÃO A DIVERSOS NÍVEIS

Convém distinguir diversos níveis de participação na acção litúrgica e, por conseguinte, diversos níveis de tomada de responsabilidade.

Antes da celebração é necessário prever e realizar tudo o que a vai tornar possível. E aqui pensamos concretamente em três domínios: preparação da Missa e das suas partes; arranjo e decoração dos lugares; e organização do acolhimento.

PREPARAÇÃO DA MISSA E DAS SUAS PARTES

No Capítulo VII da *Instrução Geral do Missal Romano* encontramos orientações interessantes a propósito deste título. Aí é oferecida uma grande liberdade de escolha dos textos para a celebração, quer nos dias simples de semana quer em ocasiões importantes do ponto de vista pastoral: «A eficácia pastoral da celebração aumentará certamente, se a escolha das leituras, orações e cânticos... dentro do possível... corresponder às necessidades, à formação espiritual, à mentalidade dos que nela tomam parte» (n. 313), procurando atender «mais que aos seus gostos pessoais, antes e acima de tudo ao bem espiritual da comunidade reunida». Por isso, «convém fazer a escolha das partes da Missa de comum acordo com os ministros e as outras pessoas chamadas a desempenhar qualquer ministério na celebração, sem excluir os próprios fiéis, naquilo que mais directamente lhes diz respeito (*ib.*)».

«Já que é tão ampla esta faculdade de escolha... impõe-se que, antes da celebração, o diácono, os leitores, o salmista, o cantor, o comentador, a *schola cantorum*, saibam perfeitamente, cada um pela parte que lhe cabe, quais os textos que vão ser utilizados, não deixando nada à improvisação. Com efeito, a harmónica ordenação dos ritos contribui grandemente para dispor o espírito dos fiéis a participar na Eucaristia» (*ib.*).

Este tempo de preparação exige a participação de todos aqueles que vão intervir directamente na celebração segundo as diversas competências: leitores, acólitos, condutor do canto, organista, sem esquecer o sacerdote celebrante. Este é o primeiro responsável da celebração e não deverá abdicar da sua responsabilidade. Mas esta deve exercer-se ao serviço da participação de todos, exigência que constituiu o coração da reforma litúrgica do Vaticano II.

DISPOSIÇÃO E ADORNO DA IGREJA

A *IGMR* dedica todo o capítulo V a tratar deste tema. Logo ao princípio, ao apresentar os princípios gerais, diz que «as igrejas e os outros lugares devem ser aptos para a conveniente realização da acção sagrada e para obter a participação activa dos fiéis» (n. 253).

Mais adiante, ao falar da disposição da Igreja para a celebra-

ção, diz que o povo de Deus que se reúne para a Missa, deve exprimir a sua vocação de um povo santo e sacerdócio real «na diversidade de ministérios e funções no desenrolar da celebração. Portanto, o edifício sagrado, na sua disposição geral, deve, de algum modo, reproduzir a imagem da assembleia congregada, proporcionar a conveniente coadjuvação de todos os seus elementos e facilitar o perfeito desempenho da função de cada um» (n. 257).

«O lugar destinado aos fiéis e à *schola cantorum* há-de ser tal que torne mais fácil a sua participação activa... e manifeste de modo mais claro a unidade de todo o povo santo. Por outro lado, a natureza e beleza do lugar sagrado bem como de todos os objectos do culto, hão-de ser tais que fomentem a piedade e mostrem a santidade dos mistérios que se celebram» (*ib.*).

Tudo deve ser disposto de modo a não impedir o contacto dos fiéis com o altar (cf n. 269). Por exemplo: a cadeira do presidente há-de significar «o seu múnus de presidente da assembleia e guia da oração... Para os ministros, dispõem-se assentos dentro do presbitério, no lugar mais conveniente, donde facilmente possam desempenhar as funções que lhes estão atribuídas» (n. 271).

«A dignidade da Palavra de Deus requer... um lugar próprio para a sua proclamação» (n. 272). A localização do ambão deve ser tal que para ele possa «convergir espontaneamente a atenção dos fiéis» (*ib.*).

Também o lugar dos fiéis «deve ser objecto de particular cuidado, dispondo-o de modo a permitir-lhes participar nas celebrações sagradas com a vista e com o espírito... As cadeiras ou bancos estejam de tal modo dispostos que os fiéis possam facilmente adoptar as atitudes requeridas para as diferentes partes da celebração e aproximar-se sem dificuldade da sagrada Comunhão» (*ib.*).

Como princípio geral sobre o arranjo e decoração dos lugares sagrados a *Instrução Geral* diz o seguinte: «Na ornamentação da igreja, deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação. Na escolha dos elementos decorativos, procure-se que sejam autênticos e contribuam para a formação dos fiéis e para a dignidade do lugar sagrado» (n. 279).

A mesma *Instrução Geral* refere ainda que «uma conveniente disposição da igreja e seus anexos... requer que se olhe, não apenas àquilo que directamente se relaciona com a celebração das funções sagradas, mas também a tudo o que possa contribuir para a conveniente comodidade dos fiéis, como se faz habitualmente nos lugares de reunião» (n. 280).

Quem pensaria convidar para uma festa sem preparar a casa? É o Senhor quem convida mas é aos animadores que Ele delega para tornarem bela a casa e acolherem os convidados. E se a celebração propriamente dita começa com o cântico de entrada, é bem certo que limpar a casa, arranjar e decorar os lugares tem já a ver com a celebração. O que se passa com a nossa igreja?

A ORGANIZAÇÃO DO ACOLHIMENTO

Há pessoas convidadas que vão chegar. Tudo está preparado? Tudo é belo, digno, festivo? Teve-se em conta o acolhimento, os cânticos, os textos do celebrante e dos leitores, os objectos, as intervenções, o livrinho ou folha que vai permitir aos fiéis participar na celebração?

A festa não começa quando os convidados estão no seu lugar, mas logo à entrada. Um pouco de música torna mais agradável o lugar em que se entra. Prestar-se-á atenção às pessoas idosas e às crianças, mas também às pessoas de passagem, aos turistas, aos veraneantes. Para as crianças mais pequenas talvez convenha prever uma sala e alguém que as acolha a fim de os pais poderem participar juntos na celebração.

Algumas indicações dadas por um animador e uma breve repetição de cânticos podem criar um clima acolhedor e fraterno. Pôr os participantes à vontade para que estejam em boas condições de celebrar, tal é o papel da equipa litúrgica nos momentos que precedem a celebração.

A CELEBRAÇÃO LITÚRGICA

No que diz respeito à celebração propriamente dita, podemos dizer em resumo que há três funções principais a exigir a intervenção de um ou outro membro da equipa litúrgica.

— *Reunir-se.* Isto supõe o concurso daqueles que estão especialmente encarregados do acolhimento, mas resultará também da acção de outros animadores sem excluir o sacerdote e o coro.

— *Escutar a Palavra.* Isto supõe leitores bem preparados mas também catequese e reflexão bíblica. Supõe ainda as intervenções que permitam à assembleia exprimir a sua resposta à Palavra de Deus.

— *Celebrar os sinais de Cristo.* Para a liturgia eucarística, quem vai trazer o pão e o vinho? Como se vai formular a Oração eucarística? Como é que a assembleia vai intervir? Quem vai ajudar a distribuir a Comunhão?

Trata-se, antes de mais, de uma boa preparação e de uma boa distribuição de tarefas. Haverá portanto diversos animadores que intervirão em momentos diferentes, cada um segundo o que lhe compete, mas todos de modo complementar, ao serviço de uma mesma assembleia e de uma mesma celebração.

— *Despedir-se como amigos.* A assembleia ganhará em fraternidade se não se dissolver abruptamente. As pessoas saudam-se, conversa-se um pouco e, pelo menos em ocasiões mais festivas, toma-se qualquer coisa em conjunto. Isto quer dizer que a animação dura um pouco mais que a celebração.

3. CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA LITÚRGICA

Como constituir a equipa de animação litúrgica? Pensamos que deverá ser de maneira progressiva, segundo as possibilidades locais. A iniciativa poderá partir do sacerdote, das religiosas ou dos leigos. O essencial é que os elementos do grupo estejam dispostos a trabalhar ao serviço da assembleia.

Qual a composição da equipa litúrgica? A equipa de liturgia poderá reagrupar os membros mais «activos» da assembleia, os que aceitam uma função particular ao serviço da oração comum: homens e mulheres, jovens e adultos. Mais precisamente: o sacerdote ou sacerdotes que habitualmente presidem à celebração; as pessoas que se encarregam do acolhimento; os leitores; os acólitos e ministros extraordinários da Comunhão; os animadores do canto da assembleia; o responsável do grupo coral; o organista e outros instrumentistas; o sacristão... e outras pessoas que aceitem reflectir sobre as leituras e a celebração e possam fazer chegar os ecos da vida da comunidade e do mundo.

Como conseguir uma verdadeira competência? Já vimos que a competência técnica é indispensável. Mas ela torna-se insuficiente se os membros da equipa litúrgica não aprofundam ao mesmo tempo:

- o conhecimento da significação das celebrações da Igreja, especialmente da Eucaristia;
- a sua experiência de outras formas de responsabilidade na vida da Igreja: não se pode ser corresponsável nas celebrações e passivo ou individualista nos outros domínios da vida eclesial;
- a sua adesão pessoal àquilo que dizem e fazem viver: os animadores não falam nem agem em nome próprio ou por autoridade pessoal, mas as suas intervenções não atingirão os outros se antes os não atingem a eles mesmos.

Uma formação progressiva pode ser recebida em reuniões de estudo e reflexão, fins de semana, ou outros encontros a nível local, diocesano ou nacional, através de livros e revistas. Não existe método ideal a propor. Não esquecendo a participação cada vez mais consciente nas próprias celebrações e a sua cuidada preparação, a cada um compete imaginar as formas de aquisição de competência e fazer que outros aproveitem delas, pondo em comum as respectivas experiências.

L. RIBEIRO

NOTICIÁRIO

IX ENCONTRO NACIONAL

Confirma-se a temática do próximo Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica: O TEMPO PASCAL. Integrada na celebração do Mistério Pascal, desdobra-se nos seguintes temas:

- O Tempo Pascal na Tradição da Igreja
- O Tempo Pascal no Leccionário da Missa e da Liturgia das Horas
- O Tempo Pascal nas orações do Missal e da Liturgia das Horas
- A Igreja e o Tempo Pascal
- A Virgem Maria no Tempo Pascal
- A Música litúrgica para o Tempo Pascal

O Encontro será efectuado no Santuário de Fátima, de 19 a 23 de Setembro, iniciando-se com a 1.^a conferência no dia 19, às 17 horas, e terminando com a Celebração Eucarística no dia 23, às 12 horas. Pela segunda vez, as conferências e alguns dos outros números do programa serão feitos no magnífico anfiteatro do Centro Paulo VI.

Como ainda se não conhecem todas as possibilidades da hospedagem devido às obras que o Santuário de Fátima projecta para 1983, é de agradecer que os interessados não pretendam inscrever-se por enquanto e aguardem serenamente a abertura das inscrições. Os participantes do VIII Encontro serão informados directamente. Os jornais diocesanos e o boletim dos Religiosos darão as informações necessárias a seu tempo.

ENCONTROS DIOCESANOS

Depois do Encontro Nacional, realizaram-se os seguintes Encontros Diocesanos, em 1982:

- LAMEGO, que se efectuou de 27 a 30 de Setembro e teve

como temática a Liturgia das Horas. Teve uma participação superior à dos últimos anos e contou com pessoas provenientes de outras dioceses.

— SETÚBAL, que foi seguido por cerca de 150 participantes e decorreu em ambiente de grande interesse.

— SANTARÉM, que se destinou aos coros paroquiais da Diocese, teve boa participação e foi orientado pelos Padres José Ferreira e Agostinho Pedroso.

— COIMBRA, efectuado em fins de Dezembro, foi orientado quase totalmente pelos Vogais do SNL e teve 150 assistentes interessados, entre os quais bastantes jovens.

LITURGIA DAS HORAS

Após a primeira edição portuguesa do texto integral da Liturgia das Horas, renovada pelo Vaticano II e saída a lume em 1976, a Editorial Franciscana de Montariol, Braga, fez uma reedição em 1978, tendo-se esgotado em pouco tempo ambas as edições.

A Gráfica de Coimbra acaba de publicar, e tem em distribuição, uma nova edição da Liturgia das Horas, que se distingue das outras pelos seguintes elementos próprios:

- beneficiar de maior número de hinos, sem deixar de conter os antigos;
- inserir os hinos normalmente no próprio ofício e não em apêndice;
- apresentar nas Horas de Laudes e Vésperas dos Domingos do Tempo Comum três antífonas no cântico evangélico, uma para cada ciclo, em vez de uma só, como até agora;
- ter apenas quatro tomos, como era tradicional e se mantém presentemente na edição típica vaticana e noutras edições como a francesa, italiana, espanhola, etc.

O Secretariado Nacional de Liturgia orientou tecnicamente todas estas edições, como lhe competia.

Das várias referências feitas a esta nova edição, recebemos uma, que, por vir de entidade altamente responsável, merece ser reproduzida literalmente:

«Desejo congratular-me pelo esmero e bom gosto com que o texto é apresentado. A obra não fica atrás das suas congéneres publicadas noutros países. Queira Deus que isto sirva para que a recitação da Liturgia das Horas seja feita com o decoro e dignidade que merece, de harmonia com a função que lhe é própria: a de ser verdadeiro louvor a Deus e alimento espiritual para quantos dela usufruirmos.»

Como muitos outros, também nós fazemos votos por que os outros tomos não tardem a ver a luz da publicidade.

PUBLICAÇÕES LITÚRGICAS DO SNL

INSTRUÇÃO GERAL DO MISSAL ROMANO

(Preparada e distribuída pelo Secretariado Nacional de Liturgia)

É o documento que serve de introdução ao Missal de Paulo VI saído da reforma conciliar do Vaticano II, com os princípios e as normas que orientam a celebração da Missa.

O presente texto tem em conta as modificações e acréscimos que a Congregação do Culto Divino foi introduzindo na *Institutio generalis*, depois de 1969.

Esta «Instrução», que excede em muito o âmbito de uma simples introdução ao Missal, distingue-se sobretudo pelo seu carácter doutrinal e pastoral. Nela descobrimos a teologia da participação. Nela encontramos as orientações fundamentais para conduzir a comunidade cristã à participação consciente, activa e frutuosa, na celebração da Palavra e da Eucaristia, segundo o espírito da Constituição *Sacrosanctum Concilium*.

ÍNDICE DA LITURGIA DAS HORAS

(Preparado pelo P. Pedro Ferreira, O.C.D., e distribuído pelo Secretariado Nacional de Liturgia)

Este índice de temas, autores e obras das leituras patrísticas e eclesásticas da Liturgia das Horas constitui uma forma concreta de ajuda à causa da pastoral litúrgica.

Os autores são cerca de 178 e as leituras superam as 600. Toda esta variedade de autores e obras é colocada à disposição dos pastores de uma forma liturgicamente correcta e economicamente acessível, e faz da Liturgia das Horas um livro que, para além da oração, pode servir de base e modelo na preparação e até no exercício da pregação.

RITUAL DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DA COMUNHÃO

(Preparado, editado e distribuído pelo SNL)

Este pequeno Ritual destina-se aos Ministros Extraordinários da Comunhão e corresponde, a partir do capítulo II, ao capítulo correspondente do Ritual da Sagrada Comunhão e Culto do Mistério Eucarístico fora da Missa.

Na introdução, traz um breve estudo sobre os diversos ministérios na Igreja e na Liturgia, o Mistério da Eucaristia, os dados históricos acerca da guarda e distribuição da comunhão e, a concluir, algumas normas pastorais.

OS MINISTÉRIOS NA LITURGIA

(Editado e distribuído pelo Secretariado Nacional de Liturgia)

VIII ENCONTRO NACIONAL DE PASTORAL LITÚRGICA

(Guião das celebrações litúrgicas para a assembleia preparado e distribuído pelo Secretariado Nacional de Liturgia)

DIRECTÓRIO LITÚRGICO 1983

(Preparado e distribuído pelo SNL)

CASSETES DO VIII ENCONTRO NACIONAL

(Distribuídas pelo SNL)

EM PREPARAÇÃO

— SALTÉRIO